



ACÓRDÃO Nº284/2025– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12018/2024.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Amazonprev.
- 4- **Exercício:** 2023.
- 5- **Responsável:** Maria Neblina Marães.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 269/2025-DIMP/ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Amazonprev. Exercício de 2023.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Fundação Amazonprev, exercício financeiro de 2023, sob a responsabilidade da Sra. **Maria Neblina Marães** na condição de Diretora-Presidente e ordenadora de despesa, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996, pelas razões expostas no Relatório/Voto;
- 10.2. **Dar quitação** à Sra. **Maria Neblina Marães**, nos termos dos arts. 24 e 72 ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002 - TCE/AM;
- 10.3. **Recomendar** à atual gestão da Fundação Amazonprev:
 - 10.3.1. que os créditos a receber do ente federativo estejam por ele devidamente reconhecidos e contabilizados como dívida fundada com a unidade gestora do respectivo RPPS



ACÓRDÃO Nº284/2025– TCE–TRIBUNAL PLENO

e que o eventual termo de acordo de parcelamento, se houver, esteja cadastrado no sistema Cadprev;

10.3.2. que explicita claramente suas intenções e providências tomadas para aumentar a rentabilidade do aluguel dos imóveis da carteira do RPPS, buscando alcançar a meta atuarial ou, ao menos, equivalência com a rentabilidade histórica de bens semelhantes;

10.3.3. que solicite nova avaliação dos imóveis (atualização) para ter capacidade de tomar providências quanto a processos de alienação ou locação compatíveis com valores de mercado;

10.3.4. que passe a publicar nos relatórios de investimentos e na política de investimentos, em conjunto com as métricas de volatilidade e de rentabilidade ajustada ao risco, como a métrica Sharpe;

10.3.5. que os Relatórios Trimestrais das atividades do Projeto de Apoio a Otimização dos Serviços Previdenciários seja devidamente informado no Portal de Transparência da Amazonprev;

10.4. Determinar à atual gestão da Fundação Amazonprev que institua sistema de controle interno no âmbito da gestão de recursos e investimentos, e promova ações avaliativas e corretivas contínuas em obediência à determinação insculpida nos arts. 86, § 1º e 125, 126, 127 e 129 da Portaria MTP 1467/2022;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno a adoção das providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM, dando ciência à parte interessada, por meio de seus advogados constituídos.

11- Ata: 4ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Fevereiro de 2025.

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº284/2025– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral